

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.117 - SP (2019/0119535-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : ARETUSA TAMASSAKI KINA
ADVOGADO : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA - SP104016
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PEDIDO GENÉRICO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ.

1. Ação de prestação de contas.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. Na ação de prestação de contas ajuizada pelo titular de conta-corrente, não basta a mera presunção genérica de que há possível erro nos lançamentos para respaldar o pedido inicial, sendo necessária a indicação específica das ocorrências duvidosas e do respectivo período (REsp n. 1.231.027/PR).
4. Alterar a convicção do julgador *a quo* acerca da existência de pedido genérico, com base na auditoria apresentada, a ensejar a extinção da ação de prestação de contas, demandaria o reexame de fatos e provas, o que não é permitido na via especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.
5. Agravo conhecido. Recurso especial conhecido e desprovido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ARETUSA TAMASSAKI KINA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 21/03/2019.

Concluso ao gabinete em: 05/06/2019.

Ação: de prestação de contas, ajuizada pela agravante em face do BANCO BRADESCO S/A, referente a contrato de conta corrente que mantém com a instituição financeira desde 2013.

Sentença: julgou improcedente o pedido.

Acórdão: negou provimento ao recurso de apelação da agravante, nos termos da seguinte ementa:

AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTRA BANCO. CORRENTISTA QUE INGRESSA COM PETIÇÃO INICIAL, ALEGANDO IMPOSSIBILIDADE DE IDENTIFICAR TARIFAS, TAXAS DE JUROS E ENCARGOS COBRADOS.

A AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, EMBORA CABÍVEL CONTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (SÚMULA Nº 259 DO C. STJ), NÃO PODE VIR EMBASADA EM CONTEÚDO GENÉRICO, SEM APONTAR ESPECIFICAMENTE OS PONTOS DE OBSCURIDADE OU ILICITUDE.

APLICAÇÃO DA TESE FIRMADA NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR Nº 2121567-08.2016.8.26.0000) DO E. TJSP, REL^a. DES^a. LÍGIA ARAÚJO BISOGNI, P. 1º/06/2017: IMPOSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE EXIGIR CONTAS POR CORRENTISTA DE FORMA VAGA E GENÉRICA.

NECESSIDADE DE SE APONTAR NA INICIAL O INDICATIVO DOS LANÇAMENTOS REPUTADOS INDEVIDOS E/OU DUVIDOSOS E O PERÍODO EXATO EM QUE OCORRERAM, COM EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS CONSISTENTES QUE JUSTIFIQUEM A PROVOCAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.

SENTENÇA — MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA. (e-STJ fl. 131).

Embargos de declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: sustenta, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 550 do CPC, aduzindo, em síntese, que a auditoria realizada comprova que a agravante pretende ver esclarecidos lançamentos tidos por duvidosos, no período entre 12/03/2013 e 05/01/2015, de modo que os requisitos ensejadores da prestação de contas foram cumpridos.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pela agravante não demonstram como o acórdão recorrido teria violado o art. 550 do CPC. A deficiência na

fundamentação impede a perfeita compreensão da controvérsia, o que enseja o não conhecimento do recurso, nos termos da Súmula 284, do STF.

Registre-se, ainda, que o conteúdo normativo desse dispositivo é incapaz de amparar a discussão posta a desate, de modo que a deficiência na fundamentação impede a exata compreensão da controvérsia, nos termos da Súmula 284 do STF.

- Da ação de prestação de conta e do pedido genérico

A jurisprudência desta Corte encontra-se pacificada no sentido de que na ação de prestação de contas se faz necessária, na petição inicial, a demonstração do período em que se pretende sejam verificadas as contas, com a exposição dos motivos e a especificação dos lançamentos que se reputam duvidosos na conta corrente. Confirmam-se os seguintes julgados: REsp 1.231.027/PR, 2ª Seção, DJe de 18/12/2012, AgRg no AREsp 500.687/MG, 4ª Turma, DJe de 30/08/2016, EDcl no AgRg no AREsp 498.679/PR, 3ª Turma, DJe de 02/10/2014, AgInt no REsp 1680049/SP, Terceira Turma, DJe de 12/03/2018 e AgInt nos EDcl no AREsp 1137790/SP, Quarta Turma, Dje de 27/02/2018.

Na presente hipótese, o Tribunal de origem ao apreciar a questão entendeu que *efetivamente não é a ação de prestação de contas meio para propugnar em tom genérico e inespecífico itens tais como abordados pela apelante. Ademais, a ação de prestação de contas também não pode ser equiparada à ação revisional de cláusulas de contratos bancários. (e-STJ fl. 134).*

Desse modo, encontrando-se o entendimento do Tribunal de origem em consonância com a jurisprudência desta Corte, não há que falar na reforma do acórdão recorrido. Incide a Súmula 83/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

Ademais, tem-se que alterar a convicção do julgador *a quo* acerca

da existência de pedido genérico, com base na auditoria apresentada, a ensejar a extinção da ação de prestação de contas, demandaria o reexame de fatos e provas, o que não é permitido na via especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro em R\$ 500,00 (quinhentos reais) os honorários fixados anteriormente (e-STJ fl. 135).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora